



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
Subsecretaria de Assuntos Corporativos
Coordenação-Geral de Apoio aos Órgãos Colegiados

ATA

**286ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL
- CNPS -**

Videoconferência

Brasília, 06 de dezembro de 2021

ATA DA 286ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 06 de dezembro de 2021

LOCAL: Microsoft *Teams* – Videoconferência

PRESENCAS

Representantes do Governo	Representantes dos Trabalhadores em Atividade
MTP – Bruno da Silva Dalcolmo	FS – Odair Antônio Bortoloso
SPREV/MTP – Leonardo José Rolim Guimarães	UGT – Natal Léo
SPREV/MTP – Rogério Nagamine Costanzi	CUT – Ariovaldo de Camargo
INSS – José Carlos de Oliveira	CONTAG – Evandro José Morello
MTP – Benedito Adalberto Brunca	
SPE/ME – Bernardo Borba de Andrade	
FEA-USP – José Roberto Ferreira Savoia	

Representantes dos Aposentados e Pensionistas	Representantes dos Empregadores
CSB – Bartolomeu Evangelista de França	CNF – Paulo Augusto Ferreira Bouças
COBAP – Obede Muniz Teodoro	CNC – Reiner Ferreira Leite
SINDNAPI/FS – Tônia Andrea Inocentini Galleti	CNM – Antônio Mário Rattes de Oliveira
	CNA – Carolina Carvalhais Vieira de Melo

Convidados	
SPREV/MTP – Orion Sávio de Oliveira	UGT – Francisco Canindé Pegado
ABBC – Alex Sander Moreira Gonçalves	SPREV/MTP – Lucyana Rios Monteiro Barbosa Souza
BCB – Gustavo Martins dos Santos	SPREV – Nágila Lima de Sousa Bittencourt
FEBRABAN – Rafael Baldi da Silva	SPREV – Narlon Gutierre Nogueira
DATAPREV – Ubiramar Mendonça	SPREC – Otavio Jose Guerci Sidone
ASCOM/MTP – Camilla Andrades	ASCOM/MTP – Talita Lorena
MTP – Eduardo da Silva Pereira	ANEPS – Wesley Santos Cambui

1 **I – ABERTURA**

2 Presidindo a mesa, o Conselheiro Benedito Adalberto Brunca, abriu a 286ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
3 Previdência Social – CNPS.

4 **II – EXPEDIENTE**

5 O **Senhor Presidente** colocou em apreciação e aprovação a Ata da 284ª Reunião Ordinária do CNPS, realizada no dia 04
6 de novembro de 2021. Havendo a concordância de todos, a Ata foi aprovada à unanimidade.

7 **III – ORDEM DO DIA**

8 O **Sr. Presidente** socializou a pauta da reunião: I – Abertura; II – Expediente: 1) Aprovação da Ata da 284ª Reunião
9 Ordinária do CNPS; III – Ordem do Dia: 1) Deliberação sobre a consolidação de Resoluções CNPS sobre o Fator Acidentário
10 de Prevenção (FAP); apresentação: Sr. Orion Sávio Santos de Oliveira; 2) Crédito Consignado: revisão do teto de juros;
11 apresentação: Sr. Leonardo Rolim; 3) Esclarecimentos sobre as Perícias Judiciais; apresentação: Sr. Leonardo Rolim; IV –
12 Informes; V – Encerramento. Ato contínuo, informou que o primeiro item de pauta remete à 285ª Reunião Ordinária do
13 CNPS, realizada no dia 26 de novembro de 2021, devido a solicitação do Conselheiro Rafael Ernesto Kieckbusch,
14 representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que sentiu a necessidade de debater o tema internamente.
15 **Sr. Presidente** informou que a CNI enviou um e-mail à Secretaria Executiva do Conselho com o seguinte teor: *“Prezados,*
16 *em complemento ao e-mail anterior e em relação à proposta de consolidação do FAP, que foi apresentada na reunião*
17 *anterior, inicialmente queremos agradecer a compreensão dos conselheiros sobre o nosso pedido de ser tratado nesta*
18 *reunião. Em adição, registramos que não vemos óbice na proposta de consolidação na forma apresentada pelo Governo.*
19 *Agradecemos desde já”*. Após leitura, colocou em votação a consolidação das resoluções do CNPS sobre o Fator
20 Acidentário de Prevenção (FAP), proposta apresentada na 285ª Reunião Ordinária do CNPS, aprovada à unanimidade.
21 Dando sequência a reunião, convidou o **Sr. Leonardo José Rolim Guimarães** para apresentar um panorama das últimas
22 discussões sobre o Crédito Consignado e a revisão do teto de juros. O Secretário de Previdência lembrou que o tema vem
23 sendo discutido a bastante tempo, inclusive, no âmbito da Secretaria de Previdência, que tem feito uma série de estudos
24 juntamente como CNPS, buscando informações para posterior tomada de decisões. Explicou que foi feito um diagnóstico
25 da situação do Crédito Consignado nos últimos anos, considerando a pandemia da COVID-19, da taxa de Sistema Especial
26 de Liquidação e Custódia (Taxa SELIC) e do desaquecimento da economia, fatores que tiveram alterações consideráveis
27 que impactaram no custo de captação de crédito para os bancos, trazendo riscos referentes a oferta do produto do
28 Empréstimo Consignado. Informou que, segundo levantamento realizado pela SPREV com apoio do Banco Central do
29 Brasil, FEBRABAN e ABBC, o número de operações averbadas em outubro de 2021 caiu 10%, se comparado ao mês de
30 setembro do mesmo ano. Alertou que a redução na oferta de crédito, seguido do aumento da Taxa SELIC, é muito
31 preocupante, porque impacta diretamente no público menos bancarizado, que tem dificuldades em conseguir outras
32 formas de crédito além do consignado e, também, aos aposentados e pensionistas que necessitam de crédito com juros
33 acessíveis. Esclareceu que o CNPS define tão somente o teto da taxa de juros, deixando as instituições financeiras livres

34 para praticarem taxas mais acessíveis de acordo com a livre concorrência. Sugeriu que este tema também fosse abordado
35 pelo GT Crédito Consignado, que trata do assédio e dos empréstimos não solicitados, com a finalidade de criar
36 instrumentos que ampliem a concorrência entre os bancos, seguindo na linha do que é ofertado aos servidores da Câmara
37 dos Deputados, militares das Forças Armadas, que contam com uma plataforma específica que permite a comparação da
38 taxa de juros entre todos os bancos, além de reduzir os custos das instituições e de estimular a concorrência entre eles.
39 Falou que tentar manter o teto dos juros no patamar atual, poderá trazer problemas e dificuldade de acesso ao crédito
40 para os aposentados, restando apenas as linhas de crédito que apresentam taxas muito acima das praticadas no
41 empréstimo consignado. Arrazouou que, após proposta apresentada pela FEBRABAN, o Conselho se debruçou sobre o
42 tema e, em comum acordo, chegaram à conclusão que uma taxa de 2,14% para o Crédito Consignado e 3,06% para o
43 Cartão Consignado, seria uma proposta mais justa e compatível para o momento atual, um pouco abaixo dos 2,3% e 3,2%
44 sugeridos inicialmente pela FEBRABAN para o consignado e cartão consignado, respectivamente, considerando a Taxa
45 SELIC, que é um indicador de captação, e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que é a taxa de juros real.
46 Salientou que o INPC foi considerado o índice mais importante, porque os benefícios são reajustados anualmente com
47 base nele, por isso, foi o usado na comparação histórica da taxa real realizada pela Secretaria. Explicou que o estudo levou
48 em consideração a taxa SELIC atual de 9,25% ao ano, comparando as taxas nominais mensais com a taxa anualizada,
49 utilizando os juros compostos aplicados no empréstimo consignado, onde se chegou a taxa de 2,14% para o teto, contudo,
50 esclareceu que a valor sugerido ainda é menor que o a taxa real do consignado praticado em relação a SELIC, bem como
51 é o menor da série histórica, ficando acima apenas da aplicada por um curto período, em 2015. Elencou que, comparando
52 com o INPC, a situação é similar, porém ainda mais favorável quando comparado com as taxas aplicadas em março de
53 2020, e menor do que todas as taxas aplicadas desde outubro de 2015, mostrando-se assim aderente e justificável diante
54 do cenário atual. Concluindo sua explanação, sugeriu que o Conselho passe a utilizar o INPC como parâmetro principal a
55 ser seguido como base para futuros reajustes, levando-se em conta também a Taxa SELIC. Finalizada a apresentação, o
56 **Sr. Presidente** franqueou a palavra aos conselheiros. Em sua intervenção, a **Sra. Tônia Andrea Inocentini Galletti**
57 reafirmou que o compromisso do SINDINAPI é com a situação dos aposentados e pensionistas do Brasil, que se encontram
58 vulneráveis perante o caos que o país enfrenta diante dos desafios da pandemia e a própria situação econômica. Deixou
59 claro que não se pode focar a economia nos benefícios pagos pela Previdência Social, sendo necessário um desenho mais
60 adequado e justo para a parte da população que trabalhou, contribuiu e tem sua proteção social garantida pela
61 Constituição Federal. Frisou que analisou todo o material disponibilizado pela ABBC e FEBRABAN, sobretudo, os
62 normativos do Banco Central que regulam os ajustes de taxas de juros de acordo com a realidade econômica, e salientou
63 que o momento não é adequado para reajustes. Contudo, concordou que a taxa de 2,14%, é um meio termo, desde que
64 se condicione o aumento da taxa à um trabalho efetivo de educação financeira robusta, que surtam efeitos práticos.
65 Propôs um trabalho conjunto entre os membros do Conselho, juntamente com Ministério Público, Defensoria Pública, no
66 sentido de educar as pessoas a como gastar, como sair das dívidas e como gerir melhor sua aposentaria. Convidou todas
67 as entidades sindicais de trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas, para realizarem os cursos e treinamentos
68 que serão financiados pelas instituições financeiras que operam com o consignado e cartão consignado. Com a palavra,

69 o **Sr. Ariovaldo de Camargo** corroborou integralmente com a fala de sua antecessora, salientou a necessidade da
70 realização de um trabalho de orientação aos aposentados quanto a tomada de empréstimos, ensinando-os a buscar um
71 consignado apenas quando necessitem e não apenas por ocasião do assédio que tanto contribui para o
72 superendividamento. Comungou que não se pode ficar à mercê do sistema financeiro e sugeriu uma forma de orientação
73 eficaz para que se possa denunciar os abusos. Ressaltou a necessidade de proteger os representados pelos conselheiros,
74 mas que os bancos precisam apresentar uma contrapartida e lembrou que o consignado é um produto de baixíssimo risco
75 para as instituições financeiras. Pontuou que o teto da taxa de juros à 2,14%, é um meio termo e, sugeriu que a régua de
76 16% do INPC seja a métrica norteadora de todo o processo futuro, conforme exposição do Sr. Secretário de Previdência.
77 Por fim, defendeu o diálogo e ajustes efetivos para que não falte crédito principalmente para os aposentados de baixa
78 renda. Na sequência, o **Sr. Natal Léio** salientou ser compreensível que os bancos necessitem de reajuste nas taxas, mas
79 deixou claro que o mais importante é não esquecer que tem um ser humano na ponta que precisa e que está sofrendo
80 com a falta de renda. Externou seu incômodo em aprovar o reajuste e pediu encarecidamente que os bancos olhem para
81 os necessitados e façam com que haja uma grande competição entre as instituições para que nenhuma chegue a praticar
82 o teto da taxa. Com a palavra, o **Sr. Alex Sander Moreira Gonçalves** registrou que a ABBC tem total interesse em participar
83 da iniciativa proposta pela conselheira Tônia Galleti e demais conselheiros, ressaltou que a ABBC congrega 25 instituições
84 que têm atuação no crédito consignado, e que um dos pilares da instituição é a educação financeira, e se colocou à
85 disposição para contribuir da melhor maneira possível, diante da relevância do tema. O **Sr. Bernardo Borba de Andrade**
86 parabenizou a todos pelo esforço e pelo trabalho, reforçou o posicionamento da Secretaria de Políticas Econômicas (SPE),
87 que entende que a competição favorece o aposentado e que a proposta apresentada é saudável para que o mercado
88 continue atendendo quem realmente precisa. O **Sr. Evandro José Morello** destacou que a maior preocupação atualmente,
89 não é necessariamente o aumento do teto da taxa de juros, mas a forma de operacionalização da política do crédito
90 consignado que contraria, inclusive, a Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021, popularmente conhecida como a “lei do
91 superendividamento”. Falou que é preciso acabar com a cultura do assédio que se instalou no Brasil e que macula essa
92 importante política. Chamou atenção para os debates que estão sendo travados no GT Crédito Consignado, para que se
93 produzam resultados concretos. Concluiu dizendo que a CONTAG concorda com a taxa de 2,14%, em contrapartida,
94 solicita que sejam apresentadas soluções concretas e eficazes para o problema da operacionalização que, por sua vez, é
95 o grande causador do endividamento de aposentados e pensionistas. Com a palavra, o **Sr. Francisco Canindé Pegado**
96 reclamou da forma como a proposta foi apresentada; salientou que a taxa de 2,14% não pode ser vista como uma
97 conquista e questionou a ineficiência dos bancos no combate ao assédio e às fraudes. Ressaltou que o GT Crédito
98 Consignado precisa incorporar os seguintes pontos: (i) buscar transparência dos processos de governança e *Compliance*;
99 (ii) buscar esclarecimentos sobre a implantação do sistema de gestão de segurança da informação; (iii) transparência no
100 uso de dados de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); (iv) trabalhar para que as instituições
101 financeiras obedeçam o programa do Sistema de Gestão de Segurança da Informação, ISO 27000; (v) que seja discutida a
102 situação das carteiras das instituições financeiras; e concluiu pontuando que o Conselho precisa atuar com rigor para que
103 todos esses esclarecimentos sejam prestados por parte dos agentes financeiros. Em sua contribuição para o debate, o Sr.

Odair Antônio Bortoloso informou que sua representação também concorda com a majoração do teto da taxa para 2,14%; salientou que a grande preocupação de todos é com certeza, a questão da segurança contra as fraudes que têm atormentado os beneficiários e solicitou uma ação mais efetiva da FEBRABAN. O **Sr. Natal Léo** pediu uma atenção especial para a abordagem da portabilidade no material da educação financeira, visto que o serviço também contribui para a redução de juros. Com a palavra, o **Sr. José Roberto Ferreira Savoia** enalteceu os aspectos conciliadores da reunião, falou da necessidade de se ter um programa de *compliance* patrocinado por FEBRABAN, ou pelos próprios bancos, para regular as ações dos chamados “pastinhas”, caso contrário, aumentará o número de judicialização. Em nome da CNC, o **Sr. Reiner Ferreira Leite** agradeceu e parabenizou a apresentação do Secretário de Previdência, e que diante de tão cirúrgica explanação, sua instituição se manifesta no sentido de aprovar o reajuste do teto da taxa para o patamar de 2,14%, principalmente porque a escassez do crédito seria extremamente maléfica para os aposentados, em particular, para os de baixa renda, que procurariam empréstimos com taxas exorbitantes. O **Sr. Bartolomeu Evangelista de França** se manifestou acompanhando os posicionamentos anteriores, no sentido da aprovação da proposta de reajuste. Na sequência, a **Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo** informou que a CNA também aprova o reajuste do teto da taxa para 2,14%. Seguindo a mesma linha, o **Sr. Paulo Augusto Ferreira Bouças** declarou que a CNF concorda com o reajuste do teto da taxa, e esclareceu que todos os bancos têm se preocupado com os dados dos clientes, seguindo todos os normativos, incluindo a LGPD. Informou que, com o advento do *open banking*, a preocupação com os dados dobrou, uma vez que haverá uma troca de informações entre os bancos sobre as informações das pessoas físicas e, com isso, todos os bancos estarão dentro dos normativos, no tocante a LGPD, e trabalhando cada vez mais para que haja uma blindagem, a fim de não vazar informações para outros ambientes. Seguindo os debates, o **Sr. Rafael Baldi da Silva** externou que a FEBRABAN vê com bons olhos e deseja participar do GT que trabalhará com a educação financeira, ajudando a construir propostas através de sua diretoria e com a participação de outro setor focado em educação financeira e, em nome da federação, pediu escusas se não foi possível passar ao Conselho as informações de forma mais concisas e objetivas por ocasião da apresentação da proposta e prometeu mais esmero nas próximas exposições. O **Sr. Alex Sander Moreira Gonçalves** ressaltou que foram apresentadas medidas duras e que devem trazer resultados; se comprometeu a apresentar os números na próxima reunião do GT e demonstrou confiança na queda no número de reclamações. Pontuou ser preciso que as discussões tenham como base os números, para ver se a vida real, de fato, reflete aquilo que é acreditado. Reforçou a disposição dos bancos associados da ABBC e da FEBRABAN, de adotarem as medidas que forem necessárias para que haja melhor qualidade e redução das reclamações, de fraudes e assédios. Na sequência, o **Sr. Leonardo José Rolim Guimarães** teceu algumas considerações e encaminhamentos. Quanto às fraudes nos consignados e o assédio, sugeriu uma reunião do GT Crédito Consignado ainda em dezembro, uma reunião na segunda quinzena de janeiro e outra na primeira quinzena de fevereiro de 2022, com a apresentação de uma proposta objetiva do GT para resolver essas questões de empréstimos não solicitados e minimizar o assédio. Disse ser necessário que o INSS apresente um modelo de governança em relação ao Consignado, com um formato objetivo e claro para a realização do empréstimo. Defendeu punições mais severas para as instituições financeiras que descumprirem as normas e declarou que é possível se ter condições de aprovar uma resolução no final de fevereiro. Prosseguindo, propôs que fosse aprovada a minuta de

139 resolução do conselho com os seguintes pontos: a) correção do teto de juros, recomendando que o INSS fixe o teto
140 máximo de juros ao mês para as operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário de 2,14% e, para as
141 operações por meio de cartão de crédito, em 3,06%; b) que o CNPS terá como referência, para reajuste do teto para as
142 operações de empréstimo consignado de benefícios previdenciários, os juros reais em relação ao INPC de 16,1%; e c)
143 tratar do programa permanente de educação financeira e previdenciária. Concluindo, sugeriu a redação: *“Fica criado um*
144 *grupo de trabalho no âmbito deste Conselho, para a criação do programa permanente de educação financeira e*
145 *previdenciária, a ser financiado com recursos das instituições financeiras que operam com empréstimos consignados, bem*
146 *como para a discussão de iniciativas visando ampliar transparência, concorrência e redução de custos dos empréstimos*
147 *consignados”*. Solicitando a palavra, o **Sr. Gustavo Martins dos Santos** informou que o Banco Central tem o Departamento
148 de Promoção da Cidadania Financeira (DEPEF), específico para o assunto, utilizando um conceito mais amplo, chamado
149 “Cidadania Financeira”. Comunicou que está disponível, no sítio eletrônico do BACEN, vasto material sobre o assunto,
150 como vídeos, cartilhas, estudos. Dando sequência à reunião, o **Sr. Presidente** registou o interesse em contar com o DEPEF
151 no processo de discussão das questões da educação financeira. Esclareceu que o próprio GT irá definir os parâmetros de
152 funcionamento e indagou a todos sobre a anuência do texto proposto pelo Secretário de Previdência. Não havendo
153 divergência, a proposta de resolução foi aprovada por unanimidade. Finalizado o segundo item da ordem do dia, convidou
154 o **Sr. Leonardo José Rolim Guimarães** para apresentar o próximo ponto referente à esclarecimentos sobre as Perícias
155 Judiciais. Em breve resumo, o Secretário de Previdência contextualizou que a Constituição Federal de 1988 estabelece
156 duas situações distintas relacionadas às perícias judiciais, e que a partir da Emenda Constitucional nº 103, regulamentada
157 pela Lei nº 13.876, de 20 de setembro de 2019, ficou definido que as Varas de Justiça estaduais só poderão receber e
158 julgar ações previdenciárias, caso essas estejam localizadas a mais de 70 km de uma Vara da Justiça Federal. Explicou que
159 existe uma diferença entre perícia para benefícios previdenciários e a perícia acidentária, que sempre foi paga pelo INSS.
160 Comungou que o Estado de São Paulo concentra a maior parte das perícias acidentárias e elencou que, no ano de 2020,
161 foram empenhados R\$ 19,2 milhões de reais, sendo que em 2021, esse volume de recursos já subiu para R\$ 23 milhões
162 de reais, um aumento percentual de 20%. Informou que apesar do aumento no valor dos recursos, o montante não foi
163 suficiente, o que obrigou o INSS a solicitar suplementação orçamentária a partir de maio, ocasião em que o órgão pôde
164 receber uma suplementação de R\$ 8 bilhões de reais para o seu conjunto de ações. Contudo, devido a trâmites legais, só
165 no fim do ano o INSS recebeu a autorização para uso do recurso a ser liberado pela Secretaria de Orçamento Federal
166 (SOF), e tão logo isso aconteça, o órgão fará a alocação da verba de acordo com as necessidades. Quanto às perícias
167 judiciais previdenciária e assistencial, explicou que ambas eram pagas pelo Poder Judiciário até 2017. No entanto, a
168 Emenda Constitucional nº 95 previa que até 2021, a União poderia arcar com algumas despesas de outros Poderes, o que
169 levou o Poder Judiciário a negociar com o Poder Executivo, a fim de que esse assumisse a despesa. Após o acordo, foi
170 aprovada uma primeira lei que garantiu o pagamento, pelo Poder Executivo, das perícias judiciais até 2018. Contudo,
171 foram identificadas situações em que o mesmo processo tinha mais de 10 perícias, o que gerava um custo exagerado.
172 Sendo assim, o Executivo voltou a negociar com o Judiciário, aprovando nova lei na qual foram definidas algumas regras
173 como o pagamento de apenas uma perícia e que esse custo seria bancado pelo Executivo por um período de dois anos,

tendo o prazo se encerrado em setembro de 2021. Esclareceu que foi elaborado um projeto de lei para tratar do assunto, o PL nº 3.914/2020, já aprovado na Câmara dos Deputados, mas que ainda aguarda votação no Senado Federal. Com isso, os gastos com perícias judiciais ficaram sem cobertura legal do Poder Executivo e está se buscando um acordo para o impasse. No tocante ao orçamento afirmou, de forma cristalina, que não faltam recursos para o pagamento das perícias previdenciárias e assistenciais, cujo orçamento é de R\$ 336,4 milhões de reais, tendo sido empenhados apenas R\$ 191,3 milhões até o momento, pendente ainda resolver a base legal para o Poder Executivo arcar com a despesa. Finalizada a apresentação, passou-se aos questionamentos. Com a palavra, o **Sr. Natal Léo** perguntou quem iria arcar com o pagamento das perícias até a definição do Congresso. Na mesma linha, o **Sr. Ariovaldo de Camargo** disse que é preciso esclarecer a diferença entre perícia judicial e perícia realizada pelo INSS, porque a confusão gerada pela imprensa causou grande apreensão entre os trabalhadores. A **Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti** reforçou que é urgente a melhora na comunicação do que é feito pela previdência e pela Secretaria da Previdência com o mundo externo. Com a palavra, o **Sr. Presidente** lembrou que o INSS e a Secretaria de Previdência sempre estiveram e estarão disponíveis para prestar todos os esclarecimentos à imprensa, a sociedade e a todos os beneficiários, no entanto, às vezes, os fatos são distorcidos pela imprensa. O **Sr. Francisco Canindé Pegado** demonstrou sua preocupação com a matéria publicada e o que, de fato, é objeto do PL nº 3.914/2020. Propôs uma atuação, por parte das centrais sindicais, para colaborar junto aos Parlamentares sobre o tema, em termos de entendimento. Em conclusão, o **Sr. Leonardo José Rolim Guimarães** explicou novamente que a perícia administrativa feita pela SPMF em conjunto com INSS continua gratuita, que a perícia acidentária continua sendo paga pelo INSS e que a perícia judicial referente a benefícios previdenciários e assistenciais, sempre foi paga pelo Judiciário, mas que o Executivo assumiu os custos por meio de uma negociação, por um determinado prazo e que, vencido o prazo, o Executivo não tem base legal para continuar com esse custeio. Explicou que o projeto que está na Câmara define que o Executivo irá custear as perícias para os trabalhadores que recebem até três salários mínimos, e para aqueles com renda *per capita* familiar até meio salário mínimo. Se colocou à disposição para explicação do projeto de lei numa próxima reunião, caso o mesmo não seja aprovado antes. O **Sr. Presidente**, por ocasião de ser a última reunião do CNPS em 2021, agradeceu o esforço que todos depreenderam para vencer os desafios que surgiram ao longo do ano, agradeceu pela cooperação e pelo espírito absolutamente democrático, lembrou que foram pautas bastante intensas e de alta relevância para o INSS e para o país, e agradeceu a participação do Sr. Gustavo Martins pela parceria nos debates do funcionamento do crédito consignado.

IV – INFORMES

A **Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti** convidou todos e todas para participarem do Congresso Nacional do Sindicato Nacional dos Aposentados que será realizado nos dias 15, 16 e 17 de dezembro, em Mongaguá.

VI – ENCERRAMENTO

Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente** deu por encerrada a 286ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.